



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

### PORTARIA VT PARACATU N. 2, DE 11 DE MAIO DE 2015

O DOUTOR FABIANO DE ABREU PFEILSTICKER, JUIZ DO TRABALHO, DA VARA DO TRABALHO DE PARACATU, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, nos casos em que seja necessário o fornecimento pela parte de elemento físico destinado ao processo judicial eletrônico,

#### RESOLVE:

Art. 1º Para a entrega de quaisquer elementos físicos, cuja digitalização se mostre tecnicamente inviável devido ao formato, tais como: CTPS, DVD, RADIOGRAFIAS, TRCT, CD/SD, LIVROS, CADERNOS e destinado ao processo judicial eletrônico, deverá a parte ou seu advogado, acondicionar a peça a ser entregue em um envelope, no qual deverá estar anotado o número do processo e os objetos acondicionados.

Art. 2º O envelope será aberto e examinado pelo servidor da Vara que o atender, para averiguar se o conteúdo indicado no envelope efetivamente corresponde ao declarado.

Art. 3º Após conferido o conteúdo, a parte apresentará ao Servidor petição de entrega para ser protocolizada, onde também deverão estar discriminadas as características dos objetos entregues.

Art. 4º Em ato contínuo, a parte se encarregará de juntar aos autos do PJe, cópia da petição de entrega dos elementos, devidamente protocolizada pela Vara.

Art. 5º Nas ações de consignação em pagamento, o consignante deverá juntar aos autos do PJE cópia da guia do depósito.

Parágrafo Único. A Secretaria da Vara não se responsabilizará pela anexação das petições citadas, que ficará sob responsabilidade exclusiva da parte petionária.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. A Sra. Secretária de Vara providenciará a divulgação desta Portaria, com a remessa de cópia à Subseção local da OAB e à Egrégia Corregedoria deste Regional, afixando ainda cópia no quadro de avisos da Vara.

Art. 7º Fica revogada a PORTARIA n. 01, DE 14 DE ABRIL DE 2015, em face da presente.

Publique-se no DEJT.

Paracatu, 11 de maio de 2015

**Dr. FABIANO DE ABREU PFEILSTICKER**

Juiz do Trabalho

(DEJT/TRT3/Cad. Jud. 12/06/2015, n. 1.747, p. 2.102)